

Valor Econômico

## Ministério muda regras de leilão

Leila Coimbra De São Paulo

O governo mudou no começo da semana as regras do segundo leilão de energia existente, marcado para sábado. O Ministério de Minas e Energia publicou no dia 28, no "Diário Oficial da União", a portaria nº 134 obrigando as empresas compradoras (distribuidoras) a diminuir a previsão inicial de demanda.

As distribuidoras incluíram em suas previsões pouco mais de 700 megawatts médios que ficaram faltando ser preenchidos no primeiro leilão. A determinação do ministério de subtrair esse montante, causou mal estar nos investidores, que reagiram com críticas.

Eles avaliam que o objetivo da medida é criar uma reserva de mercado para a energia nuclear. O presidente da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Cláudio Sales, afirmou que o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Maurício Tolmasquim, disse recentemente que o governo estuda a adoção de um mecanismo parecido com o utilizado na comercialização de Itaipu para a energia nuclear. "E essa medida praticamente confirma isso", disse Sales. Até o fechamento desta edição, o Ministério de Minas e Energia não havia retornado as ligações do Valor.

Os investidores acreditam que o governo pretende impor uma compra compulsória às distribuidoras da energia das usinas nucleares Angra 1 e 2, da mesma forma que ocorre hoje com a energia em dólar de Itaipu.

Para Sales, quem perde com a medida é o consumidor, já que a produção do complexo de Angra é mais cara e tem menor confiabilidade. As geradoras também perdem, avalia ele, porque terão um mercado menor para disputar.

Serão reduzidos cerca de 100 megawatts médios nos contratos de 2005 a 2012 e outros 600 megawatts médios de 2006 a 2013, que ficaram de fora do primeiro leilão. No pregão de sábado serão feitos contratos de compra e venda de energia de 2008 a 2015 e de 2009 a 2016.

O consultor e especialista em energia, Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE), diz que esta mudança a cinco dias do leilão é um "péssimo sinal aos investidores". Pires avalia que as distribuidoras poderão suprir a demanda, que ficará de fora deste segundo leilão, em uma outra licitação de ajuste, prevista para ocorrer no segundo semestre. Mas ele também não descarta a possibilidade de o governo estar criando uma reserva de mercado para a energia nuclear.

Ontem, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) informou a lista das empresas que se habilitaram ao leilão. Das 17 empresas vendedoras e 35 compradoras que haviam se pré-qualificaram, três desistiram e não depositaram as garantias: Breitener, CNEE e UTE Bahia.

Os valores esperados para a energia variam de R\$ 78 a R\$ 95 o MWh para 2008 e de R\$ 82 a R\$ 100, para 2009, segundo expectativa de alguns dos investidores. O secretário de Energia de São Paulo, Mauro Arce, que também preside o conselho de administração da Cesp, prevê o MWh para 2008 a R\$ 80 e R\$ 85, para 2009. Caso essa expectativa não se concretize, a Cesp poderá reduzir sua oferta.